



Senadores analisam corte de verbas do Fundo Penitenciário

Outro projeto sobre segurança na pauta da semana trata da investigação de crimes praticados por milícias e organizações paramilitares

O Plenário tem dois projetos na área de segurança pública na pauta da semana. Um deles proíbe o contingenciamento de recursos do Fundo Penitenciário Nacional. Criado em 1994, o fundo destina recursos para a gestão do sistema carcerário e o aperfeiçoamento do serviço prisional. A outra proposta dá à Polícia Federal a tarefa de investigar crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, se comprovado o envolvimento de agente de órgão de segurança pública estadual.

Também podem ser votados três textos elaborados pela Comissão Mista de Desburocratização. **3**



João Alberto Souza, Eunício Oliveira e Jorge Viana em Plenário: senadores devem analisar nesta semana projetos sobre segurança pública e desburocratização

Jonas Pereira/Agência Senado — 21/2/2018

MP sobre concessão de rodovias perderá a validade

A medida provisória que permite a ampliação do prazo para concessionárias de rodovias executarem investimentos previstos em contrato perde a validade hoje.

A MP foi analisada por uma comissão mista, que aprovou a medida após alterações no texto original enviado pelo governo. Na Câmara dos Deputados, porém, a questão dividiu os parlamentares. Alguns partidos obstruíram a votação, na semana passada, e a MP acabou não sendo votada. **2**



Jorge Woll/SEI/DER

Medida do governo concede mais prazo para concessionárias executarem obras

Audiência debate segurança pela ótica dos direitos humanos

Uma discussão sobre a segurança pública pela perspectiva dos direitos individuais garantidos pela Constituição e dos direitos humanos será feita em audiência hoje na Comissão de Direitos Humanos.

O pedido de realização da audiência é do vice-presidente da comissão, Paulo Paim. O tema da segurança pública domina os debates no país, devido ao cresci-

mento da criminalidade e à decisão do governo de decretar uma intervenção, explicou o senador ao requerer o debate.

Foram convidados especialistas e representantes do Ministério da Defesa, do Conselho Nacional de Direitos Humanos e de organizações sindicais.

A discussão terá caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. **4**

Congresso tem luzes coloridas para lembrar doenças raras

As cúpulas e os prédios principais do Senado e da Câmara dos Deputados ficarão iluminados até sexta-feira com luzes nas cores verde, rosa, azul e roxo.

A iluminação especial marca o Dia Mundial de Doenças Raras e o Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras, celebrados no fim de fevereiro. Estima-se que essas doenças atinjam 13 milhões de brasileiros. **2**

Comissão mista avalia IR sobre fundos exclusivos

A comissão mista da medida provisória que altera a tributação do Imposto de Renda sobre fundos financeiros exclusivos se reúne amanhã para votar requerimentos apresentados. Até agosto do ano passado, esses fundos fechados, sem livre adesão e destinados a grandes clientes, pagavam IR apenas no fechamento ou no resgate das cotas. Com a MP, o imposto passa a ser cobrado todos os anos. **4**

Votação de 536 PECs está suspensa por intervenção



Marcos Oliveira/Agência Senado — 21/2/2018

Plenário terá de aguardar fim da intervenção para retomar análise das propostas

A tramitação no Senado de 536 propostas de emenda à Constituição será interrompida enquanto durar a intervenção federal no estado do Rio. Dessas, 80 já estavam prontas para entrar na pauta de votação do Plenário. Entre elas, estão uma PEC que extingue o voto obrigatório e outra que proíbe o contingenciamento de recursos para segurança.

A suspensão ocorre porque, de acordo com a Constituição, o texto constitucional não pode ser emendado durante a vigência de intervenção federal. **4**

Congresso recebe iluminação para lembrar doenças raras

Cúpulas e prédios principais do Senado e da Câmara estão iluminados de verde, rosa, azul e roxo para marcar o dia mundial de conscientização sobre essas doenças, que atingem 13 milhões de brasileiros

O PALÁCIO DO Congresso Nacional recebeu no sábado uma iluminação especial para celebrar o Dia Mundial das Doenças Raras. O objetivo é conscientizar a população e buscar assegurar os direitos dos pacientes com essas enfermidades. A iluminação especial poderá ser vista até sexta-feira.

As cúpulas e os dois anexos principais do Senado e da Câmara vão receber iluminação especial nas cores verde, rosa, azul e roxo. O Dia Mundial de Doenças Raras e o Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras são celebrados no final de fevereiro — no dia 29 ou, em anos não bissextos, no dia 28. A data foi escolhida por ser rara, só ocorrer a cada quatro anos.

Lídice da Mata (PSB-BA) diz que a iniciativa busca dar visibilidade, mobilizar e conscientizar a sociedade sobre as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com doenças



Jefferson Rudy/Agência Senado — 23/03/2015

Iniciativa busca dar visibilidade às dificuldades dos doentes, diz Lídice

raras, que sofrem com o diagnóstico tardio e a falta de medicamentos.

— Busca-se sensibilizar políticos, autoridades públicas, pesquisadores, representantes de indústrias farmacêuticas e profissionais da saúde para o drama vivido pelas famílias que convivem com essas do-

enças — explica a senadora.

A representante da Associação dos Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves, Sthefanny West, explicou que essas doenças, geralmente crônicas e degenerativas, afetam até 65 pessoas a cada 100 mil habitantes. Cerca de 13 milhões de brasileiros sofrem com alguma dessas enfermidades, como esclerose múltipla, mucopolissacaridose e distrofia muscular.

Sthefanny também destacou a parceria das entidades ligadas ao tema com o Senado nos trabalhos da Subcomissão de Doenças Raras, que busca assegurar o tratamento adequado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e aprimorar a legislação específica.

— É uma outra oportunidade de que o Senado abriu para que a gente possa levar nossas dificuldades no dia a dia, no combate, na prevenção e no tratamento desses milhares de brasileiros que sofrem com alguma doença rara.

MP sobre concessão de rodovias perde validade hoje

A medida provisória que autoriza a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a celebrar aditivo contratual com as concessionárias de rodovias federais para alongar o prazo de execução de investimentos perde a validade hoje.

A MP 800/2017 foi aprovada em dezembro pela comissão mista que analisou a medida,

mas não foi votada pela Câmara dos Deputados. O texto chegou a entrar na pauta na semana passada. Porém, a sessão foi encerrada sem que o texto fosse votado.

Partidos de oposição e também da base governista obstruíram a votação por serem contra o conteúdo da MP. Alguns partidos governistas, a

exemplo do DEM e do PSDB, retiraram a obstrução, mas os partidos contrários ao governo Temer — PSB, PDT, PT, PCdoB e PSOL — e também outras legendas, como PV, Podemos, PTB, Pros e PSD, continuaram obstruindo a sessão.

Houve resistência a pontos incluídos na MP, como a renovação da concessão de portos e a falta de punição para a empresa que não cumprir o cronograma dos investimentos.

A medida foi aprovada pela comissão mista com alterações. O texto aprovado foi um projeto de lei de conversão (PLV 44,/2017) proposto pelo relator, deputado José Rocha (PR-BA).

Como não foi votada pelos deputados, a MP não chegou a ser enviada ao Senado.



O senador Cidinho Santos presidiu comissão, que teve Rocha como relator

Comissão sobre violência contra a mulher define audiências

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher reúne-se amanhã para votar requerimentos de audiência pública.

A relatora da comissão, deputada Luizianne Lins (PT-CE), solicita em um dos requerimentos a discussão sobre guarda compartilhada em casos de violência doméstica e familiar. Já a senadora Va-

nessa Grazziotin (PCdoB-AM) pede que sejam debatidas em audiência a assistência e a proteção a mulheres submetidas a esse tipo de violência.

Também estão na pauta, entre outros requerimentos, pedidos de audiências para discussão sobre a Lei do Femicídio e para apresentação de resultados de pesquisa sobre violência contra a mulher.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Segurança pública

9h Audiência interativa sobre direitos humanos e segurança pública.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Discursos e avisos da Mesa.

TERÇA

CI Verba para transportes

9h Entre 10 itens, o PLS 11/2013, que destina recursos da Cide para projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos.

CDH Venezuelanos em Roraima

9h30 Audiência interativa sobre a crise dos imigrantes venezuelanos em Roraima.

CAE Cargos no TRE-SP

10h O PLC 93/2017, que cria cargos efetivos no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, é um dos 18 itens da pauta na comissão.

CRA Flores ornamentais

11h Na pauta de 6 itens, o PLC 88/2014, que busca diminuir a burocracia para produtores de flores ornamentais.

CE Falta por razão religiosa

11h30 O PLC 130/2009, que assegura alternativas a aluno que não pode fazer provas em dia de guarda religiosa, está na pauta de 17 itens.

CMA Exploração irregular de minérios

11h30 Na pauta de 15 itens, o PLS 63/2017, que agrava a pena para quem extrai recursos minerais sem autorização.

QUARTA

CCT Verba de loteria para a ciência

14h30 Entre os 13 itens da pauta, está o PLC 201/2015, que destina recursos de loterias para fundo científico.

MP 806/2017 IR para fundos exclusivos

14h30 Análise de requerimentos.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Pedidos

15h Requerimentos em pauta.

CAS Rótulo de bebida alcoólica

9h Na pauta de 11 itens, o PLS 360/2014, que determina que conste o valor energético no rótulo de bebida alcoólica.

CDR Zona Franca Verde

9h O PLS 68/2016, que trata de isenção de imposto para Zona Franca Verde, está na pauta de 9 itens.

CTFC Comunicação de aumento

9h30 O PLC 45/2017, que obriga comunicação prévia ao consumidor majoração de preços de serviços, é um dos 13 itens.

CCT Cooperação Brasil-Israel

14h30 Audiência interativa com a presença dos ministros de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil e de Israel para discutir projetos de cooperação na área de tecnologia da água.

PAUTA FEMININA Femicídio

14h Evento promovido pela Procuradoria da Mulher vai debater ações do serviço público para enfrentar violências e feminicídio, com foco no atendimento de autores de violências.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burl

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Edição e Publicações (Segraf)

Plenário avalia cortes no Fundo Penitenciário

Senadores podem votar também proposta que incumbe a Polícia Federal de investigar crimes de paramilitar e milícia quando houver envolvimento de agente estadual

DOIS PROJETOS NA área de segurança pública estão na pauta do Plenário desta semana. Um deles proíbe o contingenciamento de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). O outro confere à Polícia Federal a tarefa de investigar crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, caso se comprove o envolvimento de agente de órgão de segurança pública estadual.

O PLS 25/2014 prevê que os créditos orçamentários programados para o Funpen não poderão mais ser contingenciados, independentemente da situação fiscal do governo naquele momento. Criado em 1994, o fundo destina recursos para a gestão do sistema carcerário. Também financia atividades como reformas, ampliação de estabelecimentos e aperfeiçoamento do serviço prisional.

Apesar de o Funpen já ter sido criado há 20 anos, os repasses de recursos que custeiam o fundo ainda enfrentam obstáculos. Daí a necessidade, segundo Ana Amélia (PP-RS),



Ana Amélia é autora do projeto que assegura transferências ao Funpen

autora do projeto, de se assegurar que as transferências financeiras sejam executadas.

Pela legislação atual, os estados recebem os recursos do Funpen por meio de convênios com a União. Levantamento divulgado em 2017 pela ONG Contas Abertas apontou que

o fundo, administrado pelo Ministério da Justiça, contava com R\$ 2,4 bilhões em recursos disponíveis. Em 2015, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em ação movida pelo PSOL obrigou o Executivo a liberar o saldo acumulado do Funpen e proibiu novos

contingenciamentos.

O outro projeto (PLS 548/2011) é do ex-senador e atual prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella. O texto confere à Polícia Federal a tarefa de investigar crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas. Isso se dará quando for comprovado o envolvimento de agente pertencente a um órgão de segurança pública estadual.

O relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), considera que a proximidade entre investigador e investigado pode comprometer a imparcialidade do trabalho, daí a necessidade de afastar as autoridades locais. O texto foi aprovado pela CCJ em decisão final em dezembro, mas volta ao Plenário após recurso assinado por 13 senadores.

Simplificação

Também podem ser votados três textos elaborados pela Comissão Mista de Desburocratização e apresentados como sugestão no encerramento dos trabalhos legislativos, em

2017. A comissão apresentou 16 projetos que buscam facilitar a vida da população e tratam de temas como patentes, registros em cartório, emissão de documentos, alvarás e licenciamentos.

Os projetos na pauta do Plenário tratam da determinação de que pendências tributárias ou administrativas de veículo automotor não acarretem sua indisponibilidade civil (PLS 16/2018) e da autorização para ampliação dos horários de funcionamento de cartórios e para diligências e atos de tabeliães de notas fora da sede (PLS 15/2018).

O terceiro texto da desburocratização que poderá ser votado faz mudanças na Lei dos Cartórios, para obrigar os serviços notariais e de registro a intermediar pedidos dos usuários relativos a atos de outras serventias (PLS 17/2018). Atualmente os cartórios só podem realizar atos dentro do município de sua delegação, mas terão a obrigação de intermediar os serviços e a entrega de documentos de cartórios de outras regiões.

Audiência busca solução para situação de imigrantes venezuelanos em Roraima

A situação dos milhares de imigrantes venezuelanos em Roraima será o tema de audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) amanhã, às 9h30.

Participará do debate o embaixador Tarcisio Fernandes Costa, chefe do Departamento da América do Sul Setentrional e Ocidental do Ministério das Relações Exteriores.

Também devem comparecer representantes do governo de

Roraima, dos municípios de Pacaraima e Boa Vista e da Ordem dos Ministros Evangélicos de Roraima.

Há ainda convidados da embaixada da Venezuela no Brasil, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil, da Cruz Vermelha e do Ministério do Trabalho.

A CDH é presidida por Regina Sousa (PT-PI). A audiência foi requerida por Telmário

Mota (PTB-RR). O senador informa, na justificativa do requerimento, que Boa Vista tem população de 330 mil habitantes e tem passado por crescimento populacional vertiginoso devido aos mais de 30 mil venezuelanos que chegaram à região.

“Esse rápido incremento populacional gera o desafio de saber como a cidade poderá absorver esse contingente de forma digna, enfrentando,

para tanto, questões como a carência de abrigos, de vagas em escolas, em postos de saúde e em hospitais; de postos de trabalho, entre outras”, afirma.

Opiniões

A audiência é interativa e alguns cidadãos já registraram suas opiniões. Um deles afirma que “os venezuelanos são seres humanos e merecem ser tratados como tal, porém

essa atenção dada aos que entram no Brasil não deve trazer prejuízos para os cidadãos locais que também precisam de atenção nas áreas de saúde, segurança e educação”.

Outro internauta disse que o tema da discussão é importante, pois os venezuelanos passam por grandes problemas econômicos.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Paim: ciclo de debates vai discutir crise da segurança pública

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) fará um ciclo de debates para discutir a crise da segurança pública que o Brasil enfrenta, anunciou Paulo Paim (PT-RS).

O senador mencionou números do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017*, com dados de 2016 indicando a morte de quase 62 mil brasileiros de forma violenta e intencional, o maior número registrado até hoje no país. A situação vivida pelo Rio de Janeiro, de violência, tráfico e crise no sistema carcerário, acrescentou, não é exclusiva do estado.

— É uma realidade nacional, não dá para fugir do cenário.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

José Medeiros considera gestão do ministro da Justiça insatisfatória

O Ministério da Justiça, pasta tradicional, está se esvaziando, especialmente com a possibilidade de futura criação de um Ministério da Segurança, considerou José Medeiros (Pode-MT).

O senador pediu a demissão do ministro Torquato Jardim, por considerar sua gestão insatisfatória. Medeiros criticou o estímulo que está sendo dado às polícias militares para que patrulhem as rodovias, no lugar da Polícia Rodoviária Federal.

— O governo acaba de marcar um golaço com a intervenção no Rio de Janeiro, apoiada por 80% da população, e vem o ministro e estraga tudo — opinou.



Pedro França/Agência Senado

Auxílio-moradia para juízes precisa acabar, defende Requião

O relator da proposta que proíbe pagamento de auxílio-moradia a agentes públicos, Roberto Requião (PMDB-PR), leu em Plenário, na sexta-feira, seu voto favorável à PEC 41/2017.

O senador classificou de corporativismo o comportamento de juízes e de integrantes do Ministério Público que querem manter um benefício considerado por ele como barbaridade.

— Isso é muito ruim, pois desmoraliza as carreiras e as instituições — afirmou.

A PEC, de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Pedro França/Agência Senado

Hélio José quer CPI sobre privatização da Eletrobras

Hélio José (Pros-DF) fez em Plenário um apelo ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, para que leia o requerimento que pede instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre a real situação da Eletrobras e o processo de privatização da estatal. Segundo Hélio José, o documento é assinado por 39 senadores.

— Com essa proposta de privatização equivocada do setor elétrico, teremos o aumento da conta de luz, mais sacrifício para os trabalhadores brasileiros. Além disso, vamos perder nossa soberania sobre nossos cursos d’água — alertou.



Pedro França/Agência Senado

Bezerra prevê criação de 1 milhão de empregos formais em 2018

Os indicadores que vêm sendo divulgados sobre a recuperação da economia brasileira apontam que o produto interno bruto (PIB) pode apresentar uma expansão em torno de 3,5%, destacou Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE). Esse cenário, segundo estimativas do Banco Central citadas pelo senador, tornará possível a geração de mais de 1 milhão de postos de trabalho formais em 2018, “com carteira assinada, quase o triplo do ano passado, consolidando a volta do crescimento”. Bezerra acredita que a taxa básica de juros deve manter este ano uma trajetória de queda.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Intervenção suspende tramitação de 536 PECs

Oitenta propostas de emenda à Constituição estavam prontas para entrar na pauta do Plenário do Senado, mas análise terá de ser interrompida enquanto durar a ação federal no estado do Rio

SÃO 536 AS propostas de emenda à Constituição (PECs) que estão impedidas de tramitar no Senado até o fim da intervenção federal na segurança pública no estado do Rio de Janeiro, que ocorrerá apenas em 1º de janeiro de 2019. Dessas, 80 já estavam prontas para serem incluídas na ordem do dia para votação no Plenário. O levantamento é da Secretaria de Informação Legislativa do Senado.

Outras 2 PECs estão aguardando alguma decisão da Mesa do Senado, 17 esperam inclusão de requerimento na ordem do dia, 74 estão prontas para serem votadas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), 73 estão com os respectivos relatores e 9 aguardam a realização de audiências públicas solicitadas pelos senadores.

Há ainda outras 269 PECs aguardando a escolha de seus relatores, 2 em espera para atender pedido de vista, 1 sobrestada e 8 sem informações de tramitação.

Verba para segurança

Uma proposta de emenda à Constituição já estava na pauta de votações do Plenário. É a PEC 118/2011, de autoria do então senador Pedro Taques, atual governador de Mato Grosso. Ela trata justamente

da segurança pública, tema definido como prioritário pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, no início do ano legislativo e motivo da intervenção decretada pelo presidente da República, Michel Temer, no Rio de Janeiro.

A proposta proíbe o contingenciamento de recursos destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Isso significa que tudo que o Orçamento da União destinar aos projetos aprovados para a área nos estados e municípios deverá ser integralmente repassado.

O FNSP foi criado em 2001 e é formado por dotações orçamentárias, doações e subvenções de entidades públicas ou privadas. Destina-se a reequipamento, treinamento e qualificação das polícias, sistemas de inteligência, modernização da polícia técnica, programas de polícia comunitária e prevenção ao crime, entre outras iniciativas estaduais e municipais. Os valores do fundo são gastos em projetos que não podem ter duração superior a dois anos.

Já a PEC 32/2013 estava pronta para ser incluída na pauta de votações da CCJ. De autoria do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), a proposta estabelece como responsabilidade da União o financiamen-



Marcos Oliveira/Agência Senado - 12/7/2017

Plenário terá que aguardar para retomar análise, pois texto constitucional não pode ser emendado no momento

to da educação básica pública.

A educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Hoje os dois primeiros níveis são prioridade dos municípios e o terceiro, dos estados e do Distrito Federal. À União cabe manter instituições federais públicas de ensino tecnológico e superior, além da função de garantir igualdade de oportunidades educacionais e qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos demais entes.

Candidatura avulsa

Outra proposta que estava prestes a entrar na pauta da CCJ é a PEC 16/2015. Do senador Paulo Paim (PT-RS), o texto abre a possibilidade de

apresentação de candidaturas a cargo eletivo sem a obrigatoriedade de filiação partidária — as chamadas candidaturas avulsas ou independentes. Conforme o texto, pessoas não ligadas a partidos poderão concorrer desde que obtenham um apoio mínimo de eleitores.

Por sua vez, a PEC 115/2011, do senador Paulo Bauer (PSDB-SC), proíbe a cobrança de impostos sobre medicamentos de uso humano. A proposta já estava pronta para começar a ser discutida em Plenário, assim como a PEC 55/2012, do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que extingue o voto obrigatório no Brasil.

Há também propostas aguardando ações do relator, como

a PEC 106/2015, que diminui o número de deputados federais de 513 para 386, e de senadores, de 3 para 2 por unidade da Federação. O relator na CCJ é o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Constituição

A Constituição proíbe que o texto constitucional seja emendado durante a vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. Logo depois de iniciada a intervenção no Rio de Janeiro, os presidentes do Senado e da Câmara determinaram a paralisação de todas as PECs nas duas Casas. No total, mais de 1,1 mil propostas de emenda à Constituição ficarão paradas no Congresso.

Segurança pública será debatida em audiência hoje

A segurança pública será tema de debate hoje na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A questão será abordada sob a perspectiva dos direitos individuais garantidos pela Constituição e dos direitos humanos.

O pedido de realização da audiência é do vice-presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS). A reunião está marcada para as 9h.

O tema da segurança domina os debates públicos, dado o crescimento da criminalidade em todo o país e a decisão do governo de decretar uma

intervenção federal no Rio de Janeiro — o que impede a votação de propostas de emenda à Constituição, modificando a pauta do Poder Legislativo, segundo explicou Paim ao requerer o debate.

Convidados

Para debater o assunto na CDH foram convidados o advogado Gabriel de Carvalho Sampaio, ex-conselheiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, e a professora Marcelle Gomes Figueira, coordenadora do curso de graduação tecnológica em

segurança e ordem pública da Universidade Católica de Brasília (UCB).

Também devem comparecer ao debate representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários, do Ministério da Defesa, do Conselho Nacional de Direitos Humanos e de outras organizações sindicais.

A discussão terá caráter interativo, com a possibilidade de participação popular.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Medida altera tributação do IR sobre fundos exclusivos

Está prevista para amanhã, às 14h30, uma reunião de trabalho da comissão mista que analisa a medida provisória 806/2017. O objetivo é votar os requerimentos apresentados por senadores e deputados.

A MP altera a tributação do Imposto de Renda sobre fundos financeiros chamados exclusivos. Destinados a gran-

des clientes, estes fundos, que são fechados e não têm livre adesão, pagavam até agosto do ano passado IR apenas no fechamento ou no resgate das cotas.

Mas de acordo com a medida, o imposto passa a ser cobrado todos os anos, como ocorre com os demais fundos de investimentos, ocasionan-

do aumento na tributação. De acordo com cálculo divulgado em outubro pelo Ministério do Planejamento, a medida gera impacto bruto na arrecadação da ordem de R\$ 10,3 bilhões.

A MP teve a vigência prorrogada por mais 60 dias no dia 5 de fevereiro. Se não for aprovada dentro desse prazo, perderá a validade.

👍 **DÊ SUA OPINIÃO** 🗨️

Quem pedir nota fiscal poderá ter desconto no Imposto de Renda

Tramita no Senado, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), um projeto que cria o Programa Nota Azul, em âmbito federal, para estimular o consumidor a pedir nota fiscal em estabelecimentos comerciais. Hoje várias unidades da Federação já dão descontos em impostos estaduais para quem inclui o CPF na nota fiscal dos produtos e serviços que adquire.

De acordo com o PLS 53/2018, de Paulo Bauer (PSDB-SC), o consumidor que pedir nota fiscal poderá receber de volta, na forma de

créditos, até 30% dos impostos federais pagos na aquisição de produtos e serviços, podendo abater esse valor no Imposto de Renda devido. O projeto estabelece que o Tesouro Nacional poderá definir diferentes percentuais de devolução, de acordo com a natureza e o porte do estabelecimento comercial e a sua localização geográfica, dentro de dois limites: até 30% do valor pago a título de Cofins e PIS/Pasep e até 7,5% do valor total da mercadoria no documento fiscal. A CAE terá a decisão final sobre a proposta no Senado.

Qual a sua opinião sobre o projeto?
Vote em: <http://bit.ly/PLS53-2018>

- Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do Portal **e-Cidadania**: senado.leg.br/ecidania
- Comente também na página do Senado no **Facebook**: facebook.com/senadofederal